

A MILITARIZAÇÃO URBANA E AS FRATERNIDADES DO CRIME: CV E PCC!

MILITARIZATION AND CRIME FRATERNITIES: CV AND PCC!

André Luís André¹

ANDRÉ, L. A. A militarização urbana e as fraternidades do crime: CV e PCC!. **Akrópolis** Umuarama, v. 23, n. 1, p. 49-58, jan./jun. 2015.

RESUMO: Este artigo busca debater a inserção de fraternidades do crime, a exemplo do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital, nas cidades brasileiras, compreendendo-as como um produto de um espaço urbano radicalmente desigual, no qual as economias criminosas servem como um elemento de conexão e integração, trágicas obviamente, à sociedade. Não obstante, possíveis de existir apenas num cenário em que as relações urbanas, principalmente nas principais metrópoles brasileiras passam por um processo de militarização de suas relações, dos seus negócios, das suas formas de governança e da sua governabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança pública; Baixo-crime; Identidade.

ABSTRACT: This article seeks to discuss the inclusion of crime fraternities, such as the Comando Vermelho and the Primeiro Comando da Capital, in Brazilian cities, understanding such organizations as the product of a radically uneven urban space, in which the criminal economies serve as an element of connection and integration, obviously tragic, to the society. Nevertheless, they can only exist in a scenario where urban relations, especially in major Brazilian cities, undergo a process of militarization of their relationships, their business, their forms of governance and governability.

KEYWORDS: Public safety; Low crime; Identity.

¹Doutorado Direto em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - Professor adjunto de Geografia Humana no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Universidade Federal da Integração Latino-Americana - andre.luis@unila.edu.br - Av. Tancredo Neves, 6731; Bloco 4; CEP: 85867-970 - Foz do Iguaçu - PR

Recebido em Novembro de 2014
Aceite em Abril de 2015

INTRODUÇÃO

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, BAIXO-CRIME E REALIDADE BRASILEIRA: “O LADO CERTO DA VIDA ERRADA!”

Na periferia da periferia do mundo pós-moderno, violência e ultraviolência não produziram apenas identidades, mas também fraternidades criminosas, dentre elas, algumas compostas apenas de sujeitos de baixo-poder, de marginais, residentes em bolsões de pobreza. Essas fraternidades são algo novo entre os marginalizados metropolitanos e algo novo para as relações sócio-espaciais que reproduzem o espaço metropolitano. Elas – as fraternidades – são produtoras de bens simbólicos, seguridade, normas e mimetismo social.

O que elas trazem de novo? Sua capacidade de interferir na imagem das cidades que compõem as metrópoles e conseqüentemente a reprodução das cidades e do espaço urbano, não apenas o metropolitano. A crise do sistema social globalizado e suas interações nacionais e cidadinas criaram um movimento de ascensão de formações fundadas na socialização da violência.

Uma reação não-automática às formas de integração social e territorial, criadora de formas políticas embasadas no uso da força, polarizando, constringendo e desafiando a política civil que serve de infraestrutura aos contratos sociais dos Estados, Territórios e Sociedades.

Essas organizações formadas por sujeitos urbanos marginalizados, ascendentes no Brasil dos últimos anos, carregam consigo as mesmas condicionantes, contra-finalidades (SANTOS, 1987; 1988; 1996; 2000) das estratégias de modernização conservadora recente, originárias do período militar, da redemocratização e da globalização da Sociedade e do Estado brasileiro (BENJAMIM, 1998).

A Modernidade seletiva brasileira criou as condições para emergência de organizações violentas, expansivas, ilegalmente normativas, com vocação territorial, no sentido colocado por Hakin Bey (2001), despótica e autoritária, agregando e mobilizando gente, recursos, mercadorias legais e ilegais, dinheiro e poder (BARCELLOS, 2003). Elas nascem e verticalizam a anomia em que se encontram os marginalizados da virada do sistema. Um novo tipo de civismo, que não se faz somente pela política e nem a

política faz parte do seu metabolismo central, na perspectiva dialógica da política, surge como algo novo ou reavivado, no interior das relações sociais, principalmente àqueles desenvolvidas nas metrópoles nacionais, organizações fundadas na política antidialógica da violência.

A clandestinidade faz parte da vida bandida. Neste sentido, recorrer à política antidialógica é parte da existência clandestina. Viver pela ultraviolência é romper com os limites impostos para a identidade, que tem uma capacidade particular de redefinir geografias, na medida em que a distinção social se inicia no corpo e “salta escalas”, saltando também do território, produzindo um novo tipo de geografia, diferente daquela geopolítica do Estado.

A geografia desses civis é descontínua no espaço real, na medida em que ela se refere aos espaços de concentração de populações urbanas deficitárias em poder, espaços estes que nem sempre estão contíguos nas cidades e na metrópole. Onde estão reconhecidos os distritos de periferia, é possível observar uma distribuição descontínua, reforçada e separada por espaços que concentram recursos sociais e populações com poder superiores. Há então uma continuidade ou ligação psicológica entre os espaços de concentração de pobreza urbana específica aos grupos sociais pobres que criaram um reconhecimento coletivo, independente, da distância e descontinuidade do espaço real. Conforme já foi discutido anteriormente, a ultraviolência positivou o bandido, na medida em que permitiu a ele criar vantagens relativas diante de sujeitos que desempenham e assumem outros papéis, como o de trabalhador, como nos mostra Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde, num trabalho de pesquisa e reflexão sobre a violência e a baixa-criminalidade chamado Cabeça de Porco (2005) que, no interior dos grupos marginais das metrópoles nacionais, quer dizer: “sem saída”. Essa positivação criou fraternidades, como os chamados genericamente de “facções criminosas”.

“O lado certo da vida errada!” Assim definiu Marcinho VP – ex-chefe do comércio varejista de drogas do Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, sua ligação ao Comando Vermelho. Assassinado dentro do complexo penitenciário de Bangu, pelos ex-aliados do Comando Vermelho, seu corpo foi achado dentro de um latão de lixo, com os livros que ele gostava de ler (BARCELLOS, 2004). Com essa afirmação,

ele expressava uma representação ideológica em que as organizações de natureza criminosa alicerçam suas estruturas a partir das áreas de escassez de recursos das metrópoles nacionais.

Como mostram Carlos Amorim, em *CV e PCC: a irmandade do crime* (2004), e Luís Mir, em *Guerra Civil: Estado e trauma* (2004), nos últimos decênios estas organizações mexeram com o imaginário das grandes metrópoles brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Às vezes, usados como bodes expiatórios, às vezes, com o poder superestimado para valorizar projetos políticos autoritários e segregacionistas, valorizar o mercado de segurança privada – desde milícias particulares até a militarização de veículos de passeio e espaços de vigilância, bem como valorizar certos produtos do mercado imobiliário – representado pelos centros fechados de compras, como os shoppings, e pelos condomínios e loteamentos fechados. Essas fraternidades criminosas permitiram introduzir na geopolítica urbana, de forma significativa, o fator do medo e associá-lo a algo mais ou menos tangível, mais ou menos difuso (GLASSNER, 2003; BATISTA, 2003). Para as forças que buscam a hegemonia urbana, as fraternidades vêm bem a calhar, ensejando as condições para que as forças dominantes utilizem a lógica e a cultura do medo para manter sua hegemonia, posições de poder e segregação espacial.

Isto não quer dizer que essas fraternidades sejam insignificantes como novos sujeitos da geopolítica metropolitana. No entanto, por mais força que eles tenham, o Estado continua a ser incomparavelmente mais forte, no que se refere à capacidade militar, econômica e humana. O poder que essas fraternidades têm de cultivar o medo é maior do que seu poder territorial, militar e econômico (MIR, 2004).

Em parte dos casos, o Estado e seu alter-ego, a grande mídia, ajudam a amplificar ações deste tipo de organização, gerando um inusitado mimetismo social e caricatural entre as populações urbanas, na medida em que a mídia reproduz imagens de fatos e ações isoladas ou de pouca repercussão socioespacial. A mídia, ao reproduzir um discurso contra essas organizações, ajuda a disseminar o pânico, o terror, o medo da morte violenta, o desejo de segregação, exclusão e autoexclusão, disciplinamento e ordem violenta (BUCCI e KEHL, 2004).

O surgimento dessas organizações criminosas ajudou a desbançar o inimigo exter-

no e o inimigo político do Estado do seu papel central na constituição de estruturas de controle social autoritárias. O inimigo exterior da nação e o inimigo político esquerdista saíram de foco para dar lugar ao criminoso comum. Os grupos estabelecidos, com melhores posições sociais e territoriais, puderam manter aparelhos instrumentalizados com a ultraviolência, a militarização das forças de segurança pública, a tortura, a arbitrariedade, a corrupção e o terrorismo de Estado, para destiná-los ao controle social e disciplinamento urbano das populações pobres (MIR, 2004).

De lá para cá, surgiram nas duas metrópoles brasileiras, entre as populações mais pobres: o Comando Vermelho, o Terceiro Comando, os Amigos dos Amigos, o Primeiro Comando da Capital, a Seita Satânica, o Comitê da Liberdade e o Partido Revolucionário da Criminalidade Brasileira (AMORIN, 2004). São muito parecidos com os grupos que deram origem ao termo Máfia, pobres arrendatários e lavradores de terra do sul da Itália que pretendiam dividir as terras dos senhores feudais com ameaças de depredação das plantações e do rebanho. Para evitar a depredação, os donos de terras tinham que fazer pactos e acordos para garantir a proteção de seu patrimônio (GLENNY, 2008).

Máfia é a sigla para: Morte alla Francia, Itália anela ou morte à França, Itália avante! A frase e o termo surgiram quando o Reino de Nápoles, na atual Itália, foi ocupado pela força militar da casa de Bourbon, grupo político familiar francês. Em tempos de globalização, inclusive das atividades ilícitas, o mimetismo mafioso pelo mundo, justifica o termo cunhado por Misha Glenny (2008), *mcmáfia*, referindo-se a expansão de fraternidades criminosas que emergiram das ruínas da guerra fria e da ascensão da internacionalização dos negócios, da governança e das imagens.

Essas organizações são como irmandades de associação financeira, militar e logística. Não funcionam, como propagado pelo Estado e pela mídia, como empresas do crime. Cada microempresa de tráfico de drogas varejista, quadrilha de assaltantes, ou mesmo um indivíduo solitário, mantém sua atividade de forma independente, recorrendo a solidariedade da fraternidade sempre que necessário, seja para organizar um assalto, enfrentar uma organização rival, planejar uma rebelião penitenciária ou fazer ou refazer um negócio destruído pela ação das for-

ças de segurança pública ou pelo confronto com organizações rivais (BARCELLOS, 2003).

Conforme Caco Barcellos (2003), a organização dessas fraternidades é relativa. Os confrontos constantes demonstram a dificuldade que eles têm de manter seus pactos, códigos e interesses. Pertencer a mesma organização não implica necessariamente numa pacificação interna de conflitos. Parte dos episódios de confronto entre quadrilhas varejistas é protagonizada por quadrilhas pertencentes a mesma bandeira. Essas fraternidades nasceram, de alguma forma, para evitar a guerra de todos contra todos (HOBES, 2004), entre os presos do sistema carcerário e entre os bandidos em liberdade, bem como para aumentar seu potencial de resistência a gestão e controle prisional e policial, nos principais centros urbanos do país. O lema: “paz, justiça e liberdade”, que poderia ser de qualquer organização ou movimento civil esquerdista, é o lema adotado pelo Comando Vermelho e depois também pelo Primeiro Comando da Capital, numa espécie federativa de solidariedade.

O Comando Vermelho e o Terceiro Comando, duas das principais organizações criminosas do Rio de Janeiro, centralizam 40% do tráfico de drogas varejista no Estado Fluminense. A organização Amigos dos Amigos foi fundada por ex-militares das tropas especiais do exército e dos fuzileiros navais. AADA, como é chamada, é uma espécie de força militar do Terceiro Comando (AMORIN, 2004).

Em 18 de fevereiro de 2001, ocorreu a maior rebelião de presos do país, quando mais de 30 mil presidiários paralisaram o sistema penitenciário de São Paulo. Foram 29 levantes simultâneos nos presídios do Estado, 16 mortes, todas ligados à Seita Satânica ou ao Comitê da Liberdade, e mais de 100 feridos. A rebelião foi divulgada como um verdadeiro espetáculo, como showalismo (ARBEX JR, 2003) que revelou para todo país a existência do “Partido do Crime”, autodenominação do Primeiro Comando da Capital.

A ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital revela uma tentativa de controlar o fornecimento varejista do tráfico de drogas, numa escala suprametropolitana, e unificar o CV e o PCC sob uma bandeira maior chamada de “Federação” (AMORIN, 2004), que possa fazer uma interlocução com os cartéis exportadores de drogas da Bolívia, Colômbia e Paraguai, para comprar mais barato e vender com

preço mais elevado ao varejo. O mesmo acontece com o tráfico de armas, a “Federação” atua como interlocutora com os traficantes internacionais de armas. Essas fraternidades criaram leis, tribunais, forças militarizadas, previdência, assistência social, códigos de honra e estatutos (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003). Sua atuação nas metrópoles e no interior do sistema penitenciário ajudou a desorganizar e organizar as prisões e as cidades pelo medo e pela ultraviolência.

O urbanismo militarizado experimentado pelas metrópoles brasileiras se fortaleceu, em grande parte, com a atuação real dessas organizações e o uso político e econômico que o Estado e os grupos estabelecidos fazem da atuação delas.

ASSIM NASCEU O CV

Retomar, ainda que de forma breve, a história e a trajetória de surgimento do Comando Vermelho é relevante para esta pesquisa. Primeiro, porque o Comando Vermelho é a primeira e uma das mais expressivas organizações criminosas que emergiu entre os pobres urbanos no país. Segundo, porque o CV serviu de referência para outras organizações. Terceiro, porque hoje, não é possível pensar a segurança pública e o espaço metropolitano sem considerar a atuação política, econômica e territorial destas organizações engajadas na atuação em circuitos econômicos incriminados. Sendo assim, é mister dizer que, as discussões referentes ao CV e ao PCC, desenvolvida nessa pesquisa, baseia-se no livro-reportagem de Carlos Amorim (2004), a respeito da ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, principalmente.

Segundo Amorin (2004), contraditoriamente, foi o próprio Estado quem criou as condições para que fraternidades do crime pudessem surgir e se organizar. Este é o caso do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital. O CV, a primeira organização de natureza criminosa, composta por marginalizados urbanos, a influir no cenário das metrópoles nacionais. Nasceu no presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, numa convivência forçada entre presos comuns e presos políticos, determinada não pelos presos, mas pelo Estado, ainda no período dos governos militares.

O presídio “Candido Mendes” se loca-

lizava no meio do que restou de floresta tropical, no litoral do Rio de Janeiro. Ele foi criado ainda na Primeira República, onde funcionava um posto de fiscalização sanitária para os navios que faziam comércio com países da África e da Europa. O “Cândido Mendes” foi construído inicialmente para que presos idosos e presos já em final de condenação, pudessem cumprir o restante de suas penas. Entretanto, nos anos 1960, o presídio foi transformado em prisão de segurança máxima, reunindo velhos condenados com presos de longa ficha criminal.

O “Cândido Mendes” abrigou presos políticos, tanto no período da ditadura civil de Vargas quanto no período da ditadura militar. O presídio foi apelidado pelos presos de “Caldeirão do Diabo”, referência ao presídio da Guiana Francesa, Ilha do Diabo, fechado em 1946, quando Henru Charriere – o Papillon – denunciou as condições subumanas dos presos, após conseguir fugir do presídio e retornar à França. A história de Henru – Papillon - virou livro, fechou o presídio, e se transformou em filme em Hollywood.

Os primeiros presos políticos a serem levados para Ilha Grande e se juntarem aos presos comuns chegaram no ano de 1917, após uma série de manifestações anarco-sindicalistas, vindos principalmente de Recife, São Paulo e do próprio Rio de Janeiro. Uma segunda geração de presos políticos foi mandada para a Ilha Grande, ainda no Estado Novo, após várias manifestações organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1935. Uma última geração de presos políticos foi levada à Ilha Grande em 1969, pela política de segurança nacional dos militares.

Naquele ano havia várias denúncias de que os presos políticos planejavam assaltos a bancos de dentro do presídio da rua Frei Caneca, na parte central da capital fluminense. Após a fuga de alguns dos presos políticos do presídio no centro do Rio, o Estado decidiu pela transferência desses presos para o presídio “Cândido Mendes”.

O presídio era dividido em galerias. Os presos políticos foram alojados na “galeria B”, com presos comuns, como estratégia do Estado de despolitizar as prisões. Visando politizá-las novamente, os presos exigiram que a galeria fosse dividida, assim um muro de ferro dividiu a “galeria B” em duas: de um lado, presos políticos e de outro, presos comuns. A “galeria B” era também chamada de “fundão”, por lá passaram

- entre 1969 e 1975 – 66 presos condenados por atividades revolucionárias.

Para o “fundão” foram mandados os militantes de esquerda enquadrados na lei de segurança nacional que previa condenação por assalto a instituições financeiras. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e, entre outros, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), todos tinham seus representantes no “fundão” da Ilha Grande.

Os militantes de esquerda, engajados na luta armada contra o regime militar, desenvolveram ao longo do tempo técnicas de guerrilha urbana e rural: fabricação de armas e bombas artesanais, manuais de atendimento médico, táticas de assalto e sequestro, técnicas de comunicação entre presos e pessoas fora da prisão, formas de viver clandestinamente e, acima de tudo, organização.

Durante a convivência entre presos políticos e presos comuns no presídio da Ilha Grande, circularam livros como: *Revolução na Revolução* de Régis Debray, *Pequeno Manual de Guerrilha Urbana* de Carlos Marighella, *Guerra de Guerrilha* de Che Guevara, *O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, *A História da Riqueza do Homem* de Leo Hubberman, entre muitos outros, como *Conceitos elementares de Filosofia* de Hannecker. Muitos desses livros chegaram como contrabando ao presídio, alguns deles eram cópias mimeografadas e apostiladas. Havia um coletivo de leituras, um escolhido lia os textos e fazia um relatório para discussão dos grupos de leitura (AMORIN, 2004).

A coexistência penitenciária talvez tenha sido um dos poucos momentos de contato real e orgânico que os militantes de esquerda mantiveram com as populações pobres. Quando as vanguardas caíram na prisão, elas se depararam, como em poucas vezes, com parte do povo que elas queriam liderar rumo à revolução brasileira. Pobres analfabetos e semianalfabetos aprenderam a ler, a disputar poder, a reivindicar e a desenvolver mecanismos complexos de comunicação e articulação.

“De certo modo, o que os bandidos comuns fazem hoje é uma paródia das técnicas de guerrilha urbana” (AMORIM, 2004, p.88), assim como uma caricatura das técnicas de contra-guerrilha usadas pelo Estado sob o comando dos militares (CARR, 2002).

Houve de fato, um certo, compartilhamento da experiência da luta armada, experimentada pelos militantes de esquerda, com os presos comuns. Mas, este aprendizado também está relacionado às técnicas de controle social e militarização do Estado. As fraternidades criminosas de hoje não são herdeiros da guerrilha urbana e rural do período militar, como querem fazer crer as forças conservadoras e como tenta sugerir o próprio Carlos Amorim (2004), se assim os considerarmos temos que dizer que o Estado é tão responsável pela existência dessas organizações quanto os militantes de esquerda.

Havia uma divisão política entre os presos, pela hegemonia dentro do presídio. Cada grupo era chamado de “Falange”, referência aos militantes que apoiavam a luta fascista na guerra civil espanhola (1936-1939) e que serviram de base para ditadura franquista pós-guerra civil. Na “galeria C” estavam os presos da “Falange Zona Sul” e da “Falange da Coreia”.

Na “galeria A” estavam a “Falange Independente”, associados à “Falange Zona Norte”, também chamada de “Falange Jacaré”, que detinha a hegemonia do presídio. No “fundão”, isto é, na “galeria B”, se organizam os presos da “Falange Lei de Segurança Nacional” (LSN), o embrião do que viria a ser o Comando Vermelho. No “fundão”, em 1975, haviam 120 presos condenados, 90 eram presos comuns, divididos em celas que abrigavam de 12 a 24 presos (AMORIM, 2004).

Em 1975, a “Falange LSN” recebeu representantes oficiais para fazer uma série de reivindicações. Esse grupo anfitrião formou o núcleo original do CV. A partir daí, os presos da “galeria B” puderam circular em todo o presídio, criaram uma rede de solidariedade, diminuindo o mal-estar dentro do presídio. Organizaram uma cantina, uma farmácia, um clube cultural e recreativo, um time de futebol, de nome “chora na cruz”, um jornal de nome “Colonial”, uma biblioteca e, por fim, um fundo financeiro. Os serviços, ou eram pagos com dinheiro, ou eram pagos com favores. Criando redes de apoio e solidariedade, momentos de lazer e aprendizado dentro do presídio da Ilha Grande, a “Falange LSN” passou a se chamar Comando Vermelho, porque falange é termo fascista identificado à opressão, repressão, ordem violenta... Ironicamente, falange não é um termo apropriado para um pseudo-militante político revolucionário de influência comunista.

O CV introduziu no presídio um pacto

de não-violência entre os presos e iniciou um processo de reivindicações para a melhoria da vida carcerária (ver quadro com as regras do CV abaixo). Ele passou a se diferenciar das outras “falanges”, na medida em que começou a falar em nome de uma “comunidade carcerária”. A partir de então, em torno do CV, começou a gravitar um número cada vez maior de presos, redefinindo o poder entre as falanges do presídio.

Em 1979, o CV começou a planejar uma fuga que malogrou, por conta de um informante que pertencia a “Falange Zona Norte”, na “galeria C”. Um preso da “galeria B” rompeu o pacto de não-agressão, roubou um companheiro de cela e entregou o dinheiro aos líderes da “Falange Zona Norte”. Este preso foi assassinado a facadas em 14 de setembro de 1979, o que gerou uma corrida pela fabricação de armas artesanais para um confronto eminente. O CV deu um ultimato de dois dias para que as outras “falanges” se rendessem e se submetessem as novas forças e regras do presídio.

Vencido o ultimato, os membros do CV cercaram os líderes da “Falange Zona Norte” na “galeria C”. Houve um massacre de presos que ficou conhecido dentro e fora do sistema penitenciário como “Noite de São Bartolomeu”, embora a chacina tenha sido feita pela manhã. Após esse episódio, o CV estabeleceu seu poder entre os presos. Os burocratas do Estado passaram então a transferir os membros do grupo para outros presídios para tentar desarticular sua organização. Ao contrário do que pretendiam, a transferência de presos espalhou o movimento, suas ideias, seus códigos e regras para os 14 mil presos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, no ano de 1979 (AMORIM, 2004).

Os presos da “galeria C”, pertencentes às “Falanges da Coreia e Zona Norte”, criaram então o comando rival, o Terceiro Comando. Anos mais tarde, traficantes de varejo independentes e dissidentes do CV, fundaram a Amigos dos Amigos (ADA). De volta aos morros, favelas e periferias do Rio de Janeiro, os presos ligados ao CV inscreveram em cada lugar, nos muros, nos becos e vielas, o lema “Paz, justiça e liberdade”.

O mito de São Bartolomeu vem do primeiro século da era cristã. Diz a lenda que Bartolomeu foi preso, torturado, esfolado vivo e crucificado de cabeça para baixo pelos militares romanos (AMORIM, 2004). O CV tinha algo que as organizações de esquerda não tinham, uma

ligação orgânica e uma identificação com os mais pobres. Isso permitiu seu avanço em territórios urbanos marginalizados. O primeiro preso a fugir e a atuar em nome do CV foi Jorge Jordão de Araújo, conhecido como “Caô”. Em liberdade, ele montou uma quadrilha de assaltantes e um fundo de apoio financeiro, jurídico e político para os membros do comando (AMORIM, 2004).

Em abril de 1981, o CV ganhou o espaço público, se apresentou aos órgãos de segurança, a mídia e a sociedade, num tiroteio ocorrido na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, num conjunto habitacional, conhecido como Conjunto dos Bancários. A batalha durou a noite toda, (nela) “Zé do Bigode” (José Jorge Saldanha) – membro fundador do comando – mostrou toda sua audácia, disciplina e planejamento, mas pela manhã acabou morto pela polícia. Esse episódio teve grande repercussão, inaugurando um novo momento da geopolítica urbana do Rio de Janeiro e do Brasil.

O CV evoluiu de uma fraternidade de assaltantes para uma fraternidade de traficantes varejistas. No princípio, organizavam assaltos e fugas, num segundo momento, após uma reformulação, passaram a atuar no tráfico varejista, que relativamente aumentava a capacidade de financiamento. Essa mudança de eixo coincidiu com o aumento do consumo de cocaína na década de 1980 e provocou uma militarização exacerbada entre as quadrilhas varejistas, com o propósito de proteger o negócio e o território contra as ações inimigas – da polícia e das quadrilhas rivais – e, não obstante, como forma de fixar estabelecimentos de vendas e proteger a circulação de consumidores.

A cada fração de território conquistado, o CV instalava um cruzeiro no alto do morro, colonizando o espaço com seus símbolos, com suas redes de apoio, com seus negócios e armas, tornando-se a primeira organização criminosa exclusivamente de pobres no país.

CV: TERRITORIALIZANDO E SALTANDO ESCALAS

A política de Estado, a economia clandestina e a representação na mídia fizeram o CV saltar escalas, do presídio da Ilha Grande para todo o sistema penitenciário; do sistema penitenciário às favelas e morros, destes, a toda metrópole fluminense; da metrópole à uma atuação inter-regional; da escala nacional à relação com

cartéis e máfias internacionais.

O salto de escalas do CV não é algo linear, mas evolui no último quarto do século XX e no início deste século. Esta expansão escalar não é necessariamente da organização como um todo, mas de alguns agentes que atuam sob sua bandeira. Assim, há quadrilhas que mal conseguem atuação fora das áreas da favela sob seu domínio, como há outras que mantêm um potencial escalar maior, inter-regional, nacional e internacional. (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003)

Esta diferença de potencial escalar permite que algumas quadrilhas mantenham uma relação econômica proto-solidária, semelhante ao que Castells (2003) chamou de sociedade em rede. As quadrilhas mais organizadas, ou quadrilhas associadas pela bandeira do CV, somam suas forças para comprar no atacado, num fluxo de tráfico de drogas e armas de importação e exportação, onde o Brasil é, ao mesmo tempo, um ponto de traslado e um ponto de consumo, e partem para a distribuição varejista, na qual quadrilhas menores, com poder escalar restrito, fazem a venda de forma consignada (SOUZA, 2000).

Como movimento penitenciário, o CV tinha poucas condições de generalizar sua atuação. A política penitenciária dos militares, ao tentar desarticular o movimento, o espalhou pelo sistema prisional, como movimento de presos pobres, ligados organicamente a favelas, morros e periferias, levaram, em liberdade, o movimento para suas comunidades de origem, estendendo a ideia de não-violência e apoio social entre os presos à ideia de não-violência e apoio social intra-comunitária.

Assim, os membros do CV, espalhados pelos morros e favelas cariocas, foram organizando pactos locais que diminuíram, a princípio, o mal-estar de várias comunidades, na medida em que propunham pactos de pacificação e, conseqüentemente, construíam formas de justiça não institucionais. Daí ser chamado, por alguns de seus membros, de “lado certo da vida errada”. (BARCELLOS, 2003)

Ao longo da década de 1980, o CV mudou sua forma de autofinanciamento, isto é, mudou sua forma de gerar capital. Como era formado inicialmente por quadrilhas de assaltantes, sua capacidade de financiamento era relativamente mais instável e mais arriscada, se comparada ao tráfico varejista de drogas. Isto porque

os assaltos demandam um planejamento muito antecipado e não há garantia total de retorno do investimento, exigindo a cada operação um confronto direto com seguranças do Estado ou com seguranças particulares.

Na medida em que o consumo de drogas aumentou nos centros urbanos do país, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, as quadrilhas do CV se transferiram para o negócio das drogas. A geografia urbana carioca é um fator favorável à territorialização de pontos de venda de drogas. Ao contrário de várias outras metrópoles, a segregação urbana carioca não segue necessariamente um padrão geométrico e circular, favelas e moradias de classe média convivem por toda a metrópole, o que favoreceu a territorialização dos pontos de venda de drogas e a criação de microterritórios controlados por quadrilhas. As morfologias dos terrenos e as formas de construções das ruas, vielas e casas dificultam o acesso do inimigo, seja a polícia, seja uma quadrilha rival, seja uma milícia (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

O tráfico varejista sempre se caracterizou por ser uma forma de venda ambulante, nômade, como diz Luiz Eduardo Soares (2005), ou formiga, como caracterizado por Marcelo Lopes de Souza (2000). A maior parte dos traficantes varejistas são pessoas cujo ponto de venda é o próprio corpo e sua estratégia de venda é circular pelos espaços públicos e privados para buscar o consumidor. No caso carioca a proximidade do varejista, morador de favela, e do usuário, que mora nas residências de classe média, permitiu que o ponto de venda pudesse se territorializar e o comerciante pudesse reverter a lógica de venda, ao invés dele circular pelo espaço público ou privado atrás do usuário, com a “boca-de-fumo” ou “biqueira” territorializada e próxima, o usuário-consumidor é quem circula pelo espaço atrás da mercadoria.

A territorialização dos pontos de venda exigiu do CV e das outras organizações cariocas a instalação de micropoderes, em alguns casos microditaduras, em outros microestados de bem-estar. Na lógica da territorialização, como qualquer Estado, é necessário proteger, pela militarização e violência, o território contra a investida de um inimigo externo e em favor da circulação do usuário-consumidor. Daí o tráfico varejista de caráter ambulante, nômade, que praticamente se instrumentalizava pouco da violência passou a exigí-la como parte da lógica de territorializa-

ção do circuito varejista, no qual a necessidade de armamento passa a ser imprescindível para a manutenção dos negócios (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005). Assim, por causa deste processo, houve um aumento da tensão territorial, das disputas violentas por pontos de vendas e um acirramento exponencial dos combates entre quadrilhas rivais, quadrilhas e as forças de segurança, instalando no Rio de Janeiro e nos lugares que sofreram o mesmo processo de territorialização, um ambiente belicoso, um mal-estar característico das zonas de guerra (MIR, 2004).

A territorialização do ponto de venda criou a condição ou a necessidade de se relacionar no circuito superior de relações econômicas clandestinas. Primeiro, o CV e seus similares buscaram no atacado, numa escala nacional e internacional, numa relação de exportação e importação, armas e drogas. Alcançado o atacado, em altas escalas, as quadrilhas mais capitalizadas puderam atuar consignando a venda das drogas para quadrilhas e vendedores ambulantes menos capitalizados e de outras regiões do país, aumentando a área de influência real de organizações com as mesmas características do CV, espalhando suas estratégias de venda, de proteção dos negócios, de negociação com os inimigos, de símbolos, redes de apoio, linguagem e poder, ainda que este poder seja incapaz de abalar decisivamente as estruturas do Estado.

O CV passou a atuar num circuito internacional, comprando drogas dos cartéis colombianos atacadistas de Cali e Medellín e comprando armas de máfias europeias, como a União Corsa e a Máfia italiana, que juntas, centralizam parte do mercado de drogas e armas dos países centrais. Entretanto, o CV mantém bases e relações com organizações criminosas de todos os continentes, que utilizam o território dos países periféricos como ponte geográfica para seus negócios (AMORIN, 2004).

ORGANIZAÇÕES ULTRAVIOLENTAS, MÍDIAS, MEDOS E TERRORISMO DE ESTADO.

As primeiras notícias de atuação do CV em São Paulo datam do ano de 1993, diziam as mídias e os órgãos de segurança que havia uma célula do CV atuando num conjunto habitacional do extremo leste da cidade de São Paulo, chamado de Cidade Tiradentes. As notícias dessa atuação provocaram um certo pânico, o medo

de repetir os combates cariocas, fez o Estado se mobilizar, fortalecendo e preparando suas forças de segurança para combater este inimigo supostamente recém-chegado à capital paulista (AMORIM, 2004).

Cidade Tiradentes é parte de um complexo de conjuntos habitacionais criados na zona leste da cidade de São Paulo, desde o final da década de 1970. O conjunto da Cidade Tiradentes foi um dos últimos a ser criado, a quase 40 Km do centro da cidade, a aproximadamente 12 km da estação de metrô mais próxima (Estação Corinthians Itaquera), a 20 Km dos bairros de classe média do lado leste da cidade, com poucas linhas de ônibus, poucos serviços públicos, algumas ruas ainda sem iluminação e asfalto.

No início da década de 1990, o conjunto habitacional ainda estava sendo ocupado. Foram para lá refugiados de enchentes, moradores de favelas e sem-teto de toda a cidade. Durante este período de ocupação, muitas pessoas que não estavam inscritas nos programas para ocupar os imóveis migraram para Cidade Tiradentes e iniciaram um processo de ocupação ilegal dos apartamentos ainda não sorteados e ocupados regularmente entre os inscritos no programa de habitação.

Os órgãos do governo optaram por uma ação de desocupação violenta. Daí a notícia de que havia uma célula do CV no conjunto ter criado, estrategicamente, as condições necessárias para que a opinião pública pudesse legitimar o confronto das forças policiais com os moradores irregulares, em nome de eliminar a célula criminosa que havia ali se instalado. Na Cidade Tiradentes, ninguém havia visto tal célula, a não ser por aquilo que era noticiado nos telejornais e nos programas de jornalismo policial. A notícia do CV na Cidade Tiradentes funcionou para os moradores, como uma lenda urbana, todo mundo falava que existia, mas ninguém havia visto.

Por conta do próprio déficit de poder da população do bairro, assim que ele foi construído e ocupado, se produziu pequenas formas de banditismo: tráfico ambulante, assalto à trabalhadores, furtos de coisas domésticas, cobrança de pedágio dos moradores, roubos e furtos de ônibus coletivo. Em função disso, nos primeiros anos da década de 1990, as empresas de ônibus que atuavam no bairro não mantinham cobradores de passagem e nem catraca registrando o número de passageiros para evitar assaltos e, neste sentido, morte de funcionários. Quando

o transporte de ônibus ainda era um serviço do poder municipal, a prefeitura arcava diretamente com os custos, após a privatização do transporte público, na gestão de Paulo Maluf (1992-1996), a prefeitura firmou um acordo com as empresas e financiou as passagens por algum tempo, até criar as condições para que elas fossem cobradas normalmente, como em toda a cidade.

Por conta das notícias da mídia, muitos delitos no bairro acabaram sendo feitos por pessoas sem qualquer conexão com o CV, mas que, para impor medo, diziam fazer em nome dele. De furto de roupas nos varais, até assaltos a bares e padarias foram feitos e atribuídos à organização criminosa. A mídia e o Governo do Estado criaram e espalharam uma lenda que semeou o pânico, o medo e o terror em nome do interesse público, da ordem, do disciplinamento urbano e, em favor de estratégias políticas, mercadológicas, imobiliárias e midiáticas de poder.

Atualmente, as instâncias estatais e a grande mídia paulista não precisam recorrer ao comando carioca para suas estratégias de controle da ordem pública, seja ela legítima, verdadeira, ou não. O PCC é um novo elemento na realidade urbana paulista. Todavia, é um tipo de organização mais fluida no espaço metropolitano do que o CV, e mais do que o próprio CV, tem criado uma série de situações de conflito com os órgãos de segurança, sendo recorrentes os ataques a prédios públicos ligados ao sistema de justiça, segurança e penitenciário, bem como os ataques a policiais.

Desse modo, o PCC gerou as condições para discursos e mensagens midiáticas aterrozantes e interessadas em maior exercício da força por parte do Estado e maior consumo de sistemas e recursos de segurança de mercado; não obstante, criou as condições para que, em caso de crise, o Estado se utilize da atuação do PCC como fator de maior militarização dos órgãos de segurança pública e maior militarização do espaço metropolitano.

BIBLIOGRAFIA

BARCELLOS, C. **O abusado**: o dono do morro Santa Marta. Rio de Janeiro, 2003.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ANDRÉ, L. A.

BENJAMIN, C. (Org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BEY, H. **TAZ**: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2001.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARR, C. **A assustadora história do terrorismo**: uma história da guerra contra civis. São Paulo: Prestígio, 2002.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLASSNER, B. **A cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GLENNY, M. **Mcmáfia**: crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBS, T. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MIR, L. **Guerra civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica, e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOARES, L. E. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A M. et al. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 23-46.

_____. Novas políticas de segurança pública. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 43, jan./abr. 2003. p.75-96.

_____. ATHAYDE, Celso; BILL, M.V. **Cabeça de porco**. São Paulo: Objetiva, 2005.

SODRÉ, M. **Samba**: o dono do corpo. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

LA MILITARIZACIÓN URBANA Y LAS FRATERNIDADES DEL CRIMEN: ¡CV Y PCC!

RESUMEN: Este artículo pretende discutir la inclusión de fraternidades del crimen, a ejemplo del Comando Rojo y del Primer Comando de la Capital, en las ciudades brasileñas, incluyéndolas como producto de un espacio urbano radicalmente desigual, en el cual las economías criminales sirven como elemento de conexión e integración, obviamente trágicas a la sociedad. Sin embargo, posibles de existir en un escenario en que las relaciones urbanas, especialmente en las grandes ciudades brasileñas, se someten a un proceso de militarización de sus relaciones, sus negocios, sus formas de gobernanza y gobernabilidad.

PALABRAS CLAVES: Seguridad pública; Bajo crimen; Identidad.